

O Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos

*Bárbara Charlois Marques*¹
*Juliana de Alcântara Silveira Rubio*²

Resumo

Este artigo aborda o processo de alfabetização e como ocorre a sua aplicação na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A alfabetização em EJA cada vez mais se apresenta como um objeto de campo específico de estudos da educação, que delimitou e uniformizou seus métodos, processos e resultados, por meio de currículos organizados para esse fim.

Palavras-chave: Alfabetização; Educação; EJA.

1. Introdução

No Brasil aproximadamente quinze milhões de pessoas são analfabetas, com idade igual ou superior a quinze anos. Portanto, conhecer alguns aspectos sobre a Educação de Jovens e Adultos contribui para a construção de um país mais cidadão, pois a alfabetização é um instrumento básico para o exercício da cidadania. Porém, milhões de pessoas ainda não tem acesso a esse instrumento. Por outro lado, sabemos que uma significativa parcela da população do país é formada por analfabetos funcionais, aqueles que embora declarem saber ler e escrever, não compreende o que lêem.

2. A Educação de Jovens e Adultos

A EJA é uma modalidade de ensino, e também é parte integrante da Educação Básica. Essa modalidade está destinada ao atendimento de alunos que não concluíram na idade própria os estudos no Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. A denominação “Educação de Jovens e Adultos” substituiu o termo Ensino Supletivo da Lei nº 5.692/71. Esta lei atualmente compreende o processo de alfabetização, cursos e exames supletivos nas etapas: fundamental e média. A Educação de Jovens e Adultos é considerada mais do que um direito para os cidadãos brasileiros, ela é a chave que abrirá as portas para o seu pleno exercício da cidadania.

¹ Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Nove de Julho.

² Mestre em Educação pela UNESP-Marília. Professora Orientadora.

A Educação de Jovens e Adultos se inicia no Brasil no ano de 1930, quando o sistema público de educação elementar começa a se consolidar. Neste momento o país também passava por grandes transformações no processo de industrialização e concentração populacional.

Em 1938 foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que permitiu a instituição em 1942, do Fundo Nacional do Ensino Primário, o qual deveria com o programa de educação primária, incluir o Ensino Supletivo para adultos e adolescentes. Com o fim da 2ª guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) alertava para a urgência de integrar os povos visando paz e democracia, o que mais tarde contribuiria para que a Educação de Jovens e Adultos ganhasse maior destaque diante da Educação elementar comum.

Em 1947 é lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) que no primeiro momento pretendia que a alfabetização fosse realizada em três meses e a formação do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois seguiria a etapa de “ação em profundidade” voltada para a capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Em seus primeiros anos a campanha teve resultados significativos sobre a direção do Professor Lourenço Filho, renovando e ampliando os serviços existentes.

Neste momento acreditava-se que o analfabetismo era tido como causa e não efeito causado pela situação econômica do país, e o adulto analfabeto era visto como marginal e incapaz. Essa visão se modificou e a campanha de Educação de adultos reconhecia o adulto como pessoa capaz de interagir com o meio, de raciocinar e solucionar possíveis problemas em seu cotidiano. O Ministério da Educação lança então o Primeiro Guia de Leituras oferecidas às escolas supletivas existentes em todo o país, e o seu método de ensino era silábico e as lições partiam de palavras chave selecionadas e organizadas de acordo com as suas características fonéticas. A campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em 1950 sofreu muitas críticas, e o caráter do aprendizado pedagógico parecia superficial e inadequado para a população adulta. Como principal referência no Brasil, Paulo Freire com seu pensamento pedagógico inspirou, no ano de 1960 uns dos principais programas de alfabetização e de educação popular. O Plano Nacional da Educação (PNE) que tinha como objetivo o programa de alfabetização no Brasil é aprovado em janeiro de 1964 tendo como idealizador Paulo Freire e contou com a grande participação de estudantes, sindicatos e vários outros grupos que estavam tomados pela efervescência política da época que logo adiante seria interrompida pelo golpe militar, quando os movimentos de conscientização popular foram desativados e os seus líderes punidos.

Era elaborado então por Paulo Freire a proposta de alfabetização conscientizadora cujo objetivo pode ser traduzido em uma frase “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Paulo Freire começa a desenvolver um conjunto de procedimentos pedagógicos que a partir de então fica conhecido como “O Método Paulo Freire”.

2.1 Movimento Brasileiro de Alfabetização

No ano de 1970, ainda sob a ditadura militar é lançado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), um projeto que tinha como objetivo acabar com o analfabetismo existente no Brasil em apenas oito anos. O MOBRAL era constituído como organização autônoma em relação ao Ministério da Educação e contava com um volume significativo de recursos. No MOBRAL era proposta a alfabetização através de palavras chave retiradas do cotidiano do aluno, de suas experiências de vida. O Mobral expandiu-se em todo o território nacional, onde sua atuação era diversificada e é a partir destas iniciativas que foi criado o Programa de Educação Integrada (PEI). Este programa abria a possibilidade de continuidade de estudos para os recém alfabetizados, nomenclatura que também era dada para os chamados alfabetos funcionais, pessoas que dominavam com muita dificuldade a escrita e a leitura.

A meta estabelecida pelo MOBRAL não é alcançada e o número de pessoas analfabetas no país ainda é muito grande. Em 1971 o Ensino Supletivo é implantado no Brasil, e a educação de adultos pela primeira vez na sua história ganha um estatuto legal sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº5.692/71, intitulado Ensino Supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia como função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tivessem conseguido concluir na idade correta. O MOBRAL é extinto em 1985 e substituído pela Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar) no governo José Sarney.

Em 1989, em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização, foi criada, no Brasil, a Comissão Nacional de Alfabetização, coordenada inicialmente por Paulo Freire e depois por José Eustáquio Romão. Ela foi criada com o objetivo de elaborar diretrizes para a formulação de políticas de alfabetização em longo prazo que não foram assumidas pelo governo federal.

2.2 Movimento de Educação de Jovens e Adultos e seus Fundamentos

No dia 29 outubro de 1989 é lançado o Movimento de Educação de Jovens e Adultos (MOVA), criado pelo grande educador Paulo Freire, quando ele estava à frente da Secretaria da Educação do Município de São Paulo.

Paulo Freire, no lançamento do Programa MOVA-SP refere-se a alguns movimentos populares que surgiram muitas vezes em função da ausência do Estado. Com a gestão da então prefeita Luiza Erundina, os movimentos populares encontravam-se diante de uma administração que mostrava vontade política de enfrentar o analfabetismo. Os movimentos populares oficializaram-se através do Decreto nº28.302 de 21 de novembro de 1989 com a parceria entre o governo e representantes da sociedade.

O Projeto MOVA-SP tinha os seguintes objetivos:

a)Desenvolver um processo de alfabetização que possibilitasse aos educandos uma leitura crítica da realidade; b)Através do Movimento de Alfabetização, contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica dos educandos e educadores envolvidos; c)Reforçar o incentivo à participação popular e à luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular; d)Reforçar e ampliar o trabalho dos grupos populares que já trabalhassem com alfabetização de adultos na periferia da cidade.

O MOVA tinha como proposta um programa de escolarização básica de jovens e adultos, e também lutava pela escola pública e popular. Tinha como seus idealizadores Paulo Freire, Pedro Pontual, Stela Graciani, Maria José Vale Ferreira, Maria Alice de Paula Santos, Martha Carvalho e Moacir Gadotti.

Os núcleos de alfabetização e pós-alfabetização do MOVA foram sediados em equipamentos da própria comunidade, que incluía a história do movimento popular da região procurando ler a realidade de forma crítica. A concepção pedagógica do MOVA não foi inventada por Paulo Freire e nem pelos seus coordenadores, ela foi se construindo processualmente com o próprio desenvolvimento da educação popular. No seu primeiro ano de funcionamento, o MOVA implementou 626 núcleos de alfabetização em convênio com 56 movimentos populares tendo formado 2.001 alfabetizadores e alfabetizado 12.185 pessoas. No ano de 1990, foi realizado o I Congresso de Alfabetização da Cidade de São Paulo do qual participaram mais de cinco mil educandos e educadores. A meta estabelecida pelo programa era de alfabetizar 60 mil pessoas até o ano de 1992.

O MOVA não adotou uma única orientação metodológica, ou como se costumava dizer o método Paulo Freire, mas procurou manter o pluralismo, e não aceitou métodos pedagógicos anticientíficos e filosóficos autoritários ou racistas.

2.3 A EJA ao longo dos anos 90

O governo do Presidente Fernando Collor em março de 1990 extinguiu a Fundação Educar e criou-se um enorme vazio, tendo alguns estados e municípios assumido a

responsabilidade de oferecer programas na área. Mas com muita falta de materiais didáticos, de apoio e de recursos que poderiam ser utilizados pelos educadores e é assim que a Educação de Jovens e Adultos chega aos anos 90. O Governo Brasileiro não vem honrando seus compromissos em relação à tão importante e delicado problema. Sabemos que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, mas a grande maioria da população, principalmente os menos favorecidos, ainda não tem acesso à educação. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II. No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

O parecer nº774/99 do Conselho Estadual de Educação (CEED) deixa claro que esta nova lei incorpora os princípios fundamentais do antigo Supletivo na Educação Básica, sendo autorizado o desenvolvimento do ensino fundamental ou médio, voltados para a Educação de Jovens e Adultos.

Em 1997, foi implantado o Programa Comunidade Solidária pela primeira dama da Republica, a antropóloga Ruth Cardoso. Este programa foi de grande importância para a Educação de Adultos e contou com a parceria de Universidades, Prefeituras e Empresas, com o objetivo de atender os municípios do Norte e Nordeste onde existe um maior índice de Analfabetismo no Brasil.

Em novembro de 1998, foi criada a Associação de Apoio ao Programa de Alfabetização Solidária, uma organização não governamental e sem fins lucrativos, com estatuto próprio. Tinha o compromisso de alfabetizar, e não se restringia só em ensinar a ler e escrever o próprio nome, mas a compreender o processo em que consiste ensinar a ler e escrever e a pensar sobre o que foi lido e escrito. Seu objetivo era ampliar a visão de mundo do educando fazendo-o um cidadão crítico e reflexivo.

2.4 Brasil Alfabetizado

Antes de qualquer coisa precisamos reconhecer que nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da pobreza que cerca nosso país. O analfabetismo representa a negação de direitos fundamentais como a falta de moradia, de alimentação de emprego, de transporte, de saúde e de escola. Mas isso tudo significa que o grande problema de analfabetismo não será totalmente resolvido apenas por meio de programas educacionais, mas sim acompanhado de políticas sociais.

O MEC em janeiro de 2003 anuncia que a Educação de Jovens e Adultos seria a grande prioridade do Governo Federal. É criada então a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo que tinha como objetivo acabar com analfabetismo do país durante o mandato do atual Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Nasce então o Programa Brasil Alfabetizado com o objetivo de universalizar a educação de brasileiros; o programa é desenvolvido em território nacional e atua nos 1.928 municípios com índices de analfabetismo igual ou superior a 25%. O Programa Brasil Alfabetizado atendeu 9,9 milhões de jovens e adultos desde sua criação até 2008 e agora em 2009 deverá atender de 1,5 milhões a 2,0 milhões de jovens e adultos.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, está reformando o Programa Brasil Alfabetizado, sem discutir o seu conceito, mas tentando envolver mais redes de ensino estaduais e municipais. Para que possa ter efeito positivo não poderá ser descartada a participação da sociedade civil e o envolvimento de Organizações não Governamentais (ONGS) e dos movimentos sociais para com isso tentar-se vencer o analfabetismo. A reorganização do Programa Brasil Alfabetizado foi estabelecida pelo Decreto nº6. 093, de 24 de abril de 2007, tendo por diretrizes a base territorial para a execução das ações e a prioridade aos professores da rede pública.

O Governo Federal criou dois selos para premiar os municípios que apresentarem a diminuição do analfabetismo. O selo Cidade Livre do Analfabetismo, que será concedido a toda a cidade que alcançar 97% da alfabetização, e o selo Cidade Alfabetizadora,

para o município que, em 2010 comparados com os dados de 2001, tiver reduzido a taxa de analfabetismo em 50%.

O programa é para o Brasil como um todo, mas serão prioritários os 1.100 municípios com taxas de analfabetismo superior a 35%. Esse programa tem dois focos: primeiro o Nordeste, região que concentra 90% dos municípios com altos índices de analfabetismo, o segundo foco é os jovens de quinze a vinte e nove anos.

3. Paulo Freire e suas concepções pedagógicas

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921 em Recife. Embora criado por uma família de classe média, interessou-se pela educação dos oprimidos de sua região. Hoje é considerado um dos maiores pedagogos da História da Educação. Doutor Honoris Causa por 27 universidades, Freire recebeu prêmios como: Educação para a Paz (das Nações Unidas, 1986) e Educador dos Continentes (da Organização dos Estados Americanos, 1992).

O educador é reconhecido mundialmente, mas também é alvo de muitas críticas devido as suas idéias e práticas, mas é inegável que Freire teve grande contribuição a favor da Educação Popular. Paulo Freire dá início a trabalhos com iniciativas populares, juntamente com paróquias católicas e elabora projetos que abrangem desde o jardim de infância até à educação de adultos, objetivando o desenvolvimento do currículo e a formação de professores.

O resultado desse trabalho foi compartilhado com outros grupos: técnicas como estudo em grupo, ação em grupo, mesas redondas, debates e distribuição de fichas temáticas eram praticados nesse tipo de trabalho. Foi a partir do desenvolvimento desse projeto que se começou a falar de um sistema de técnicas educacionais, o "Sistema Paulo Freire", que podia ser aplicado em todos os graus da educação formal e da não-formal.

Durante 1970 e 1980, o seu trabalho de alfabetização foi interpretado sob a denominação "Método Paulo Freire" um passaporte para a revolução. Em 1960, Paulo Freire trabalhava como coordenador dos projetos de educação de adultos, quando apóia a criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), mas infelizmente, militantes católicos, protestantes e comunistas interpretam suas tarefas educativas de modo diferente e criam uma cartilha de alfabetização de adultos, escolhendo uma abordagem política. Freire foi contra essa prática, pois para ele essa cartilha consistia no ensino de mensagens prontas aos analfabetos, tentando manipulá-los.

Paulo Freire estava convencido da capacidade das pessoas, pois já tinha feito várias experiências nos domínios visual e auditivo enquanto elas aprendiam a ler e a escrever. Essa experiência mostrou para ele que não era suficiente começar com uma discussão intensa da realidade, pois os analfabetos são fortemente influenciados por suas falhas na escola e em outros ambientes de aprendizagem. A partir daí Freire começou a experimentar essa nova concepção na alfabetização, no círculo cultural que ele mesmo coordenava como monitor e cujos membros conhecia pessoalmente.

Paulo Freire relata que na vigésima primeira hora de alfabetização, um dos participantes era capaz de ler artigos simples de jornal e escrever sentenças curtas. Os slides, particularmente, criavam grande interesse e contribuía para a motivação dos participantes. Depois de trinta horas (sendo uma hora por dia, durante cinco dias da semana) a experiência foi concluída. Três participantes tinham aprendido a ler e escrever. Podiam ler textos curtos e jornais e escrever cartas. Nascia o "Método Paulo Freire de Alfabetização". No ano de 1983 tem sua aplicação no MOVA na cidade de São Paulo em Diadema, durante a administração de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação. O método permaneceu o mesmo, embora houvesse mudanças na ordem e no conteúdo, de acordo com a situação sócio-econômica dos vários locais de alfabetização, com a criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), Paulo Freire passou a ser um dos seus líderes mais atuantes.

Como coordenador nacional dessa grande corrente alfabetizadora, Paulo Freire estava atento as rejeições que sofreria com a implementação nacional de suas concepções pedagógicas. A dificuldade expressou-se na sua campanha piloto em Brasília, que claramente apontava para o mais famoso educador brasileiro, cuja "ação cultural para a liberdade" encontrava obstáculos para ser implementada no contexto do sistema educacional que estava em vigor no país. O Governo Federal é derrubado pelas forças militares brasileiras, em março de 1964 quando essa grande experiência é interrompida.

O pedagogo Paulo Freire é preso duas vezes por causa de seu "método subversivo".

Paulo Freire foi aceito pela embaixada da Bolívia como refugiado político, e o governo boliviano o contratou como consultor de serviços educacionais para o Ministério da Educação. Porém, vinte dias após sua chegada a La Paz, ele testemunhou um novo golpe de Estado contra a administração reformista de Paz Estensoro. Freire decidiu, então, buscar refúgio no Chile, onde, através da vitória de uma aliança populista, o democrata cristão Eduardo Frei assumiria o poder. Paulo Freire permaneceu no Chile por quatro anos e meio, trabalhando no Instituto Governamental chamado ICIRA (Instituto de Pesquisa e Treinamento

em Reforma Agrária) e, também no governamental, "Escritório Especial para a Educação de Adultos", sob a coordenação de Waldemar Cortéz.

No Brasil, em 1964, Freire estava ciente das dificuldades e dos custos político que envolvia o seu programa pedagógico. Com isso ele adota uma nova perspectiva política, seus postulados teóricos relativos à ideologia e ao conhecimento mudam e passam do "tático", para o "estratégico". O "processo de conscientização" tornou-se sinônimo de luta entre as classes, e a integração cultural mudou-se para revolução política.

Suas práticas educativas tornaram-se uma práxis mais revolucionária e uma maior ênfase foi colocada no tema do compromisso para com o oprimido. O Estado africano de São Tomé e Príncipe, recém libertado da colonização portuguesa, confiou a Freire o programa de alfabetização, os resultados desse programa superaram as expectativas. Quatro anos depois, Freire recebeu uma correspondência do Ministro da Educação informando que 55% dos estudantes matriculados nas escolas, não eram mais analfabetos, e 72% já tinham concluído o curso.

Em 1967, Freire foi pela primeira vez, aos Estados Unidos como conferencista de seminários promovidos nas Universidades. Paulo Freire estava ansioso para "experimentar" a cultura norte-americana, para descobrir o terceiro mundo (guetos, favela, etc) no primeiro mundo. Mas, ele lamentava a perda de contato com qualquer tipo de experiência pedagógica em outros países em estavam em desenvolvimento. Desse modo, decidiu ficar na Universidade de Harvard por seis meses.

O Estado africano de São Tomé e Príncipe, recém libertado da colonização portuguesa, confiou a Freire o programa de alfabetização, e os resultados desse programa superaram as expectativas. Quatro anos depois, Freire recebeu uma correspondência do Ministro da Educação informando que 55% dos estudantes matriculados nas escolas, não eram mais analfabetos, e 72% já tinham concluído o curso.

Entre 1975 e 1980, Freire trabalhou em São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola e Nicarágua, sempre como um militante, e não apenas como um técnico, que combinava seu compromisso com a causa da libertação com o amor para com os oprimidos, em agosto de 1979, Freire visitou o Brasil durante um mês e teve sua volta definitiva em março de 1980. Quando Freire retornou ao Brasil o Movimento de Educação Popular, que ele ajudou a implantar em 1960, tinha seu segundo momento de influência.

Paulo Freire idealizou e testou um sistema educacional e uma filosofia de educação, primeiramente nos vários anos de seu ativo envolvimento com a América Latina. Seu trabalho foi posteriormente, desenvolvido nos Estados Unidos, na Suíça, na Guiné-Bissau, em São

Tomé e Príncipe, na Nicarágua e em vários outros países do Terceiro e do Primeiro Mundo. A concepção educacional freireana centra-se no potencial humano para a criatividade e a liberdade no interior de estruturas político-econômico-culturais opressoras.

O sistema educacional e a filosofia da educação de Paulo Freire têm suas referências em várias correntes filosóficas, tais como Fenomenologia, Existencialismo, Personalismo Cristão, Marxismo Humanista e Hegelianismo. Para decepção de muitos intelectuais acadêmicos tradicionais do Primeiro Mundo, sua filosofia e sistema tornaram-se tão correntes e universais que os temas geradores permaneceram no centro dos debates educacionais da pedagogia crítica, pelo menos durante as últimas três décadas.

Freire experimentou várias expressões de opressão, e as usou para formular sua análise crítica e institucional. Paulo Freire teve cinco filhos com a professora Elza Maia Costa Oliveira. Após a morte de sua primeira mulher, casou-se com a ex-aluna, Ana Maria Araújo Freire, e com ela viveu até morrer vítima de infarto no dia dois de maio de 1997 na cidade de São Paulo.

3.1 Alfabetização e Letramento

Antes de falarmos sobre “Alfabetização e Letramento” é necessário voltarmos um pouco no tempo para retratar que a forma mais antiga da escrita surgiu na Mesopotâmia (atualmente partes do Irã e do Iraque), a escrita suméria, dava-se através de várias peças de argila que eram utilizadas dentro de templos para gravar as relações de troca e empréstimo de mercadorias entre os povos da época. Já a escrita alfabética foi introduzida na Grécia e na Jônia por volta do século VIII a.C. A escrita pode ser uma das principais causas do aparecimento das civilizações modernas e do desenvolvimento científico da sociedade, e não podemos esquecer o

fato de as relações de poder e as dominações estarem por trás da utilização restrita e generalizada do código escrito.

O conceito “alfabetização” dedica-se ao ensinar/aprender a ler e a escrever, já o conceito “letramento” não consiste apenas em ler e escrever mais sim no cultivo de atividades de leitura e escrita que respondam as demandas sociais.

A alfabetização para Freire não é a repetição mecânica das famílias silábicas, nem a memorização de uma palavra alienada, mas sim a difícil aprendizagem de nomear o mundo. Nesse sentido, aprender a ler e escrever envolve reflexão e ação sobre a realidade na qual os sujeitos encontram-se inseridos. Paulo Freire defendia a idéia de que a leitura de mundo

precede a leitura da palavra, pois para ele a alfabetização vai muito além do aprendizado das letras, a alfabetização é a aquisição da língua escrita através da construção do conhecimento.

O termo letramento tem sido utilizado por alguns estudiosos para designar o processo de desenvolvimento das habilidades da leitura e da escrita nas práticas sociais e profissionais. As demandas da sociedade centram-se cada dia mais na escrita, exigindo um ritmo acelerado e de constante atualização e grande mobilidade para ocupar os novos postos de trabalho. E o termo “alfabetização não seria adequado para essa nova sociedade”.

Alfabetizar não é letrar, alfabetizar é reinventar a escrita e letramento seria apenas uma parte da alfabetização, existem várias visões do processo de alfabetização, concebidas de diferentes maneiras. Foi por sua concepção política da alfabetização que Paulo Freire foi exilado. Para ele os métodos de alfabetização se apresentavam como puramente “técnicos” escondendo seus objetivos políticos.

3.2 O Método Alfabetização

A alfabetização se concentrou, durante quase um século, na questão dos métodos de ensino da leitura e escrita, em formas para promover o aprendizado das primeiras letras e o desenvolvimento das habilidades de codificação e decodificação. O ensino da escrita passou antes da escola, por espaços domésticos e por iniciativas informais e improvisadas. A questão dos métodos de alfabetização só ganhou importância quando a instituição escolar responsabilizou-se pela alfabetização da população, passando seu ensino e aprendizado a constituir-se numa função típica da escola, circunscrita a esse âmbito.

A alfabetização escolarizada passou a ser o início ou a via única para o acesso à educação básica, à formação de profissionais, à cultura escrita e aos seus benefícios. Diferenciada dos usos rotineiros da leitura e da escrita, a alfabetização tornou-se objeto de um campo específico de estudos da educação, que delineou e uniformizou seus métodos, processos e resultados, por meio de currículos organizados para esse fim.

Até hoje, muitas são as disputas entre os que se consideram portadores de um eficiente e revolucionário método de alfabetização e na atribuição dos resultados insatisfatórios dos processos de ensino aos métodos e às didáticas empregadas pelos educadores.

O método de alfabetização é uma expressão que pode designar: um método específico, como o silábico, o fônico, o global; um livro didático de alfabetização proposto por algum autor; um conjunto de princípios teórico-procedimentais que organizam o trabalho pedagógico em torno da alfabetização, filiado ou não uma vertente teórica explícita ou única;

um conjunto de saberes práticos ou de princípios organizadores do processo de alfabetização, criados ou recriados pelo professor em seu trabalho pedagógico.

Portanto, a ação alfabetizadora em qualquer instância, caracteriza-se pelo uso de um ou mais métodos para ensinar a ler e a escrever, combinados a formas de conceber os sujeitos, os objetos de ensino, a organização e progressão das aprendizagens, bem como o que se espera como resultado desse processo.

a) Métodos Sintéticos: São aqueles que seguem o caminho indutivo, das partes para o todo, e podem ser organizados de variadas formas a partir da eleição de um princípio ou unidade: a letra, a sílaba, o fonema, por exemplo. Todos esses privilegiam a memorização de sinais gráficos (letras) e de suas correspondências fonográficas (sons). Compreendem o método alfabético que toma como unidade a letra: o método fônico toma como unidade o fonema e o método silábico toma como unidade um segmento fonológico mais facilmente pronunciável, que é a sílaba. De maneira geral, a escolha por apenas um caminho para sistematização das relações fonema-grafema (a letra, o fonema ou a sílaba) é o que diferencia o tratamento em torno das correspondências fonográficas do sistema alfabético de escrita. b) Métodos Analíticos: São aqueles que alternativamente seguem um caminho dedutivo, do todo para as partes, e procuram romper com o princípio da decifração. Esses métodos tomam como unidade de análise a palavra, a frase e o texto e, baseando-se no reconhecimento global como estratégia inicial, supõem que os aprendizes podem realizar posteriormente um processo de análise de unidades que, dependendo do método (global de contos, sentencição ou palavração), vão do texto à frase, da frase à palavra, da palavra à sílaba. Embora não se possa atribuir os resultados da alfabetização unicamente à opção metodológica, certamente ela ocupa um lugar considerável nesse processo.

Entretanto, as opções didáticas no processo de alfabetização extrapolam a escolha de um ou outro método, pautando-se pelo modo como se compreende o sujeito da aprendizagem e o objeto de ensino, a linguagem escrita e seus usos sociais. Nessa perspectiva, é possível superar polarizações, combinando métodos diversos em função dos diferentes momentos do processo de alfabetização.

3.3 Alfabetismo Funcional

Até o ano de 1940, era considerado alfabetizado aquele que simplesmente declarasse que sabia ler e escrever, o que era interpretado como a capacidade de escrever o próprio nome. A partir de 1950, até os dias de hoje, a obtenção de informações sobre o analfabetismo da população se dá por meio da aplicação de duas perguntas, uma delas de auto-avaliação

(sabe ler e escrever?) e a outra de determinação da série ou ciclo escolar concluído (o tempo de estudo).

Ser alfabetizado passou, então, ser a capacidade que o indivíduo possui de ler e escrever um bilhete simples, ou seja, exercer uma prática de leitura e escrita comum em nossa sociedade. Após alguns anos de aprendizagens escolares, as pessoas não só terão aprendido a ler e escrever, como a fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano, consolidando tais habilidades, de modo a afastar o risco de regressão ao analfabetismo.

É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. Com a ampliação do acesso à escolarização, para além da alfabetização, voltaram-se as atenções para a qualidade do processo de escolarização oferecido a todos. A questão que se coloca não é simplesmente se as pessoas sabem ler e escrever, mas também o que elas são capazes ou não de fazer com essas habilidades.

Isso quer dizer que, além da preocupação com o analfabetismo, problema social que ainda persiste no Brasil, emerge a preocupação com o analfabetismo funcional, ou seja, com a falta de capacidades para fazer uso efetivo da leitura e da escrita nas diferentes esferas da vida social, após alguns anos de escolarização. Nas pesquisas realizadas pelo Censo, são considerados analfabetos funcionais as pessoas com menos de quatro anos de estudo.

O resultado produzido na primeira medida, na qual a pessoa se autodeclara alfabetizado ou analfabeto, seja afetado pelos significados atribuídos à pergunta e pelo que se entende por saber ler e escrever em determinado grupo social; significados e conceitos esses que variam à medida que as condições sociais e econômicas mudam e as expectativas sociais se transformam.

3.4 Os Jovens e Adultos antes da escolarização

A pesquisadora Argentina, radicada no México, Emília Ferreiro tornou-se conhecida em toda a América Latina por sua investigação sobre o processo de aquisição da escrita em crianças de língua espanhola, a partir dos postulados da teoria psicogenética de Jean Piaget. A perspectiva psicogenética inaugurada por esses estudos ficou conhecida, no Brasil, como construtivismo ou sócio-construtivismo.

Emília Ferreiro na década de 1980 realizou várias pesquisas tratando da mesma problemática com os adultos. Seu intuito foi o de identificar os processos cognitivos implicados na aquisição da escrita, compreender a natureza das hipóteses de escrita dos adultos, descobrir o tipo de conhecimento que o adulto possui antes de iniciar processos

formais de alfabetização. Seu trabalho teve grande repercussão e influenciou a elaboração de propostas curriculares, programas de formação de educadores, materiais didáticos para estudantes e professores, pesquisas sobre aquisição da escrita por jovens e adultos.

Ferreiro identificou, ainda, uma sucessão de etapas com progressão regular, pelas quais tanto as crianças como os adultos passam durante o processo de aquisição da escrita, semelhante à seguida pela humanidade na construção da escrita alfabética. Participando ativamente da aprendizagem, os sujeitos reconstróem gradativamente esse sistema de representação por meio da interação com o objeto de conhecimento, o que coloca em segundo plano os estímulos externos para aprender o sistema de escrita e, conseqüentemente, os métodos considerados tradicionais de ensino. É por meio da interação com materiais de leitura reais e com situações concretas de comunicação que se aprende a ler e a escrever, negando-se os velhos pré-requisitos que caracterizariam a prontidão para ser alfabetizado.

A grande contribuição dessas pesquisas, ao lado dos estudos sobre o letramento, reside na reiteração de que, em sociedades modernas, mesmo pessoas que não sabem ler e escrever mantêm contato intenso com a escrita. Esse contato, associado à convivência com outros que sabem ler e escrever faz com que essas pessoas tenham idéias sobre como a escrita funciona e para quê ela serve. De modo geral, ninguém está indiferente à escrita. Muito antes de freqüentar a escola, seus padrões são observados, alguns de seus princípios organizadores são reconhecidos, bem como seus usos mais comuns são identificados, na convivência com outros mais experientes na cultura escrita.

Muitos jovens e adultos que nunca passaram pela escola sabem distinguir letras de números, conhecem o nome de algumas letras, sabem escrever seus nomes e reconhecem palavras, conhecem certas práticas sociais de leitura e escrita, sabem para que e em quais situações a escrita é utilizada. Esses conhecimentos prévios constituem as bases das aprendizagens posteriores e devem ser considerados pelos educadores no processo de alfabetização.

4. Alfabetização de Jovens e Adultos

Durante boa parte do século XX, considerava-se que uma pessoa estava alfabetizada quando sabia escrever seu nome e ler algumas palavras ou pequenas frases. Acreditava-se que, em alguns meses, com a aprendizagem de letras, sílabas e palavras, as pessoas estariam aptas a usar a escrita em seu cotidiano e, posteriormente, dar prosseguimento aos estudos. A escrita está presente em boa parte das situações de convívio e interação.

Imersos na cultura letrada, nos deparamos diariamente com a necessidade de falar apoiados em textos escritos, de comentá-los, de escutá-los, de ler e de escrever, usando tanto os artefatos de papel, cadernos, livros, jornais, revistas, folhetos e vários outros suportes como: a televisão, o cinema, o computador, o telefone celular ou o caixa eletrônico do banco. Além disso, a linguagem escrita é um instrumento cultural por meio do qual se estabelecem relações sociais, se ordena e regula a vida em sociedade, se produzem, registram e fazem circular conhecimentos e informações, se promovem o acesso e a interação com a cultura, entre tantas outras coisas.

O processo de alfabetização de jovens e adultos, não se resume apenas em juntar letras e formar palavras. Para alfabetizar de fato é preciso introduzir os jovens e adultos no universo da escrita, mostrando-lhes os principais tipos de textos que estão presentes em nossa sociedade.

O que se deve ensinar em uma sala de adultos são atividades como: o nome dos colegas, lista de palavras significativas, calendários e jogos que forneçam aos alunos informações importantes sobre como funciona a escrita. Neste processo inicial devemos algumas utilizar algumas palavras mais significativas, quando estudadas e analisadas, tornam-se referências de como escrever as outras. Por exemplo, o nome Pedro pode ajudar um aluno a escrever o nome de sua profissão- pedreiro- ou o nome da cidade onde nasceu – Petrolina. É necessário ensinar as disciplinas como elas aparecem na vida de cada um, ter como base à experiência da turma.

Outra estratégia adotada nesta fase da alfabetização é o uso das letras maiúsculas para escrever, porque é mais fácil gravar esse tipo de letra e de distinguir uma da outra. A letra cursiva deve ser introduzida depois quando os alunos já dominam os princípios básicos do sistema da escrita. Aprender a ler e escrever números, fazer cálculos e interpretar plantas e representações gráficas é algo que motiva muito os alunos que estão sendo alfabetizados em uma sala da EJA. A matemática se integra no processo de alfabetização de jovens e adultos, e é muito diferente do que ocorre no ensino de crianças. Porque em condições normais, todos os jovens e adultos, independentemente de seu nível de instrução, sabem lidar com situações que envolvem quantificações, contagens e medições. Muitos são capazes de fazer cálculos matemáticos bem complexos sem saber como representar isso por escrito.

Com a ajuda dos educadores os jovens e adultos não escolarizados poderão aprender como representar por escrito os números e os cálculos, o que aumentará as possibilidades de generalização desse conhecimento.

4.1 Formação de Alfabetizadores da EJA

Os Alfabetizadores que atuam nesse campo têm sido nomeados de variadas formas: educadores populares, monitores, instrutores, facilitadores, capacitadores, alfabetizadores, professores, formadores de adultos, agentes sociais, entre outros.

São denominados professores aqueles que possuem habilitação para a docência e atuam na educação escolar, em sistemas públicos e privados de ensino. A falta de habilitação para a docência é uma das principais características ocorridas nesta área de atuação, fato apontado por pesquisadores como um dos problemas que afeta a qualidade e os resultados dos programas de alfabetização e educação de jovens e adultos, nesse campo, encontram-se também profissionais da educação que, embora habilitados ao magistério, majoritariamente não contaram em sua formação inicial com cursos e disciplinas voltados para a atuação em processos de alfabetização e aprendizagem de alunos da EJA. Dos 1.698 cursos de Pedagogia mantidos por 612 instituições de ensino superior no Brasil, somente 15 delas ofereciam 27 cursos com habilitação específica para o ensino de jovens e adultos.

Outra problemática que diz respeito à habilitação específica para a docência, é a questão que afeta a qualidade da educação de jovens e adultos, nas redes públicas de ensino, e especialmente nas escolas do campo, e nos programas organizados por movimentos, organizações sociais e igrejas, que ainda atuam na alfabetização de jovens e adultos. Existe um número expressivo de educadores não habilitados com distintos níveis de escolaridade. Essa habilitação não é só uma questão pedagógica, mas uma exigência jurídica da Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

5. Considerações Finais

Alfabetizar jovens e adultos, hoje, não é apenas ensiná-los a ler e escrever seu próprio nome. É oferecer-lhes uma escolarização ampla e com mais qualidade. E isso requer avaliações contínuas, e atividades que estejam relacionadas com o cotidiano dos alunos, o meio social, a comunidade em que ele está inserido, ou seja, sua realidade trazida para a sala de aula. Além disso, a educação de jovens e adultos não deve se preocupar apenas em reduzir números e índices de analfabetismo. Deve ocupar-se de fato com a cultura do educando, com sua preparação, e inserção para o mercado de trabalho.

Mas o analfabetismo não está descartado, e não será eliminado sem a mobilização da sociedade, é preciso a força e a união entre as pessoas, todos juntos lutando pela igualdade

social, e pela educação de qualidade oferecida a todo país sem distinção de crenças, raças ou cores.

Referências Bibliográficas

BRASIL. MEC. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 agosto 2009.

_____. PARECER nº 699/71. **Regulamenta o capítulo IV da Lei 5.692/71**. 06 de julho de 1972. Constituição Federal de Educação. Rio de Janeiro. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 setembro 2009.

FREIRE, P. **A Importância do ato de ler**, 23 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

_____. **Educação e mudança**, 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia**, 35 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FERREIRO Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Tradução Horácio Gonzáles et al., 24. Ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. **Educação de jovens e adultos**, 8 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

_____. **MOVA, por um Brasil alfabetizado**, São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

_____. **A experiência do MOVA**. SP/ Brasil. Ministério da Educação e Desporto. Instituto Paulo Freire; Organização de Moacir Gadotti. São Paulo, 1996.

Movimento de Educação de Jovens e Adultos/ Instituto Paulo Freire disponível em: <<http://www.paulofreire.org>>: Acesso em 24 Abril. 2009.

TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre. Artmed, 1999.

TFOUNI, L. V. **Alfabetização e letramento**. 8 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

UNESCO. **Uma visão contemporânea**, Educação de Jovens e adultos: Ministério da Educação, 1996/2004.

